

## CAMPEPINATO E AGROECOLOGIA: produzindo comidas saudáveis

Bárbara Victória da Silva Soares<sup>1</sup>  

SOARES, Bárbara Victória da Silva. CAMPEPINATO E AGROECOLOGIA: produzindo comidas saudáveis. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 27, n. 2, p. 116–130, 2025. DOI: <https://doi.org/10.70261/er.v27i2.75067> Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/75067>

Esta obra está licenciada com uma Licença [CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.



**Recebido:** 29/04/2025 | **Aceito:** 22/12/2025 | **Publicado:** 16/01/2026

**Resumo:** A produção de comidas transcende a mera atividade econômica, imbricando-se profundamente com dinâmicas produtivas, infraestrutura, espaço e, crucialmente, com o acesso à terra e à água. Para o campesinato, a produção de comidas não é apenas uma fonte de autossustento, mas a própria essência de sua existência, articulando trabalho, território e cultura em contraposição ao modelo hegemônico do agrohídronegócio. Nesse contexto, a agroecologia emerge como um paradigma fundamental, resgatando saberes tradicionais e promovendo uma produção alimentar sustentável e saudável. Objetiva-se com este artigo explorar a intrínseca relação entre a produção de comidas advindas do campesinato, a agroecologia a partir de seu enfoque político, e os conceitos de segurança e soberania alimentar como elementos cruciais para a autonomia e o bem-estar dos camponeses e da sociedade em geral. Metodologicamente, amparou-se em pesquisa qualitativa em meio a análise bibliográfica, além de observações em pesquisas de campo. Assim, ao analisar as práticas agroecológicas e sua importância para a manutenção dos modos de vida dos camponeses e a promoção de sistemas alimentares justos e sustentáveis, tornou-se possível evidenciar a urgência de valorizar o conhecimento cultural e fomentar políticas que garantam a soberania alimentar como um direito fundamental.

**Palavras-chave:** Campesinato. Agroecologia. Soberania alimentar. Produção de comidas.

## CAMPEPINADO Y AGROECOLOGÍA: pilares de la producción de comidas

**Résumé:** La producción de alimentos trasciende la mera actividad económica, imbricándose profundamente con dinámicas productivas, infraestructura, espacio y, crucialmente, con el acceso a la tierra y al agua. Para el campesinado, la producción de alimentos no es solo una fuente de autosustento, sino la esencia misma de su existencia, articulando trabajo, territorio y cultura en contraposición al modelo hegemónico del agronegocio. En este contexto, la agroecología emerge como un paradigma fundamental, rescatando saberes tradicionales y promoviendo una producción alimentaria sostenible y saludable. El objetivo de este artículo es explorar la intrínseca relación entre la producción de alimentos provenientes del campesinado, la agroecología desde su enfoque político, y los conceptos de seguridad y soberanía alimentaria como elementos cruciales para la autonomía y el bienestar de los campesinos y de la sociedad en general. Metodológicamente, se apoyó en investigación cualitativa mediante análisis bibliográfico, además de observaciones en investigaciones de campo. Así, al analizar las prácticas agroecológicas y su importancia para el mantenimiento de los modos de vida de los campesinos y la promoción de sistemas alimentarios justos y sostenibles, se hizo posible evidenciar la urgencia de valorizar el conocimiento cultural y fomentar políticas que garanticen la soberanía alimentaria como un

<sup>1</sup>Mestra em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGEO) do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG) Brasil, e-mail: [barbaravicbvss@gmail.com](mailto:barbaravicbvss@gmail.com)



derecho fundamental.

**Palabras-clave:** Campesinado. Agroecología. Soberanía alimentaria. Producción de comidas.

## Introdução

Os camponeses buscam garantir a produção de comidas saudáveis, de qualidade e sustentáveis, priorizando práticas que preservam o meio ambiente, como o manejo adequado do solo e o cultivo de comidas diversas e regionais. Assim sendo, utiliza-se o termo comida, ao invés de alimento, por compreender a comida a partir de seus aspectos sociais e culturais. Com isso, abrange-se a produção alimentar e modo de fazer camponês.

A produção de comidas contrapõe-se, assim, às práticas de monocultivo e ao uso intensivo de agrotóxicos, que esgotam e contaminam os solos, além de gerarem outros impactos sociais, ambientais e culturais negativos. Grande parte das comidas *in natura* é proveniente da agricultura camponesa, que, em sua maioria, opera de maneira sustentável, frequentemente pautada por princípios agroecológicos. Esse modelo de produção agrega benefícios tanto à saúde da população quanto à preservação ambiental.

Muitos camponeses mantêm uma relação com a natureza pautada por uma visão harmônica, reconhecendo que a natureza não está à disposição para servir as necessidades desordenadas da humanidade. Por isso, há uma preocupação com os recursos territoriais, buscando garantir sua preservação para as gerações futuras. Nesse contexto, a agroecologia se insere como um movimento de transição, contrário ao modelo hegemônico capitalista. Vale destacar ainda que a agroecologia inclui a diversidade tanto de conhecimentos quanto de comidas.

Atualmente, a expansão agressiva do agrohidronegócio vem destruindo diversos territórios socioculturais, impactando a diversidade natural, as culturas, e as comunidades. A busca incessante por lucros impulsiona o desmatamento, as queimadas, a contaminação, a perda de habitats, além de causar a expulsão de inúmeros povos de seus territórios, destruindo uma diversidade de saberes tradicionais. Por conta disso, utiliza-se o conceito de agrohidronegócio, que, apropriando-se das terras e das águas, as transforma em mercadorias, movido pela lógica de acumulação capitalista, ameaçando a sociobiodiversidade dos territórios (Mendonça; Mesquita, 2007).

Desse modo, a agroecologia e a soberania alimentar se entrelaçam em busca de um sistema alimentar mais justo e sustentável. Por meio da agroecologia, que busca respeitar os ciclos da natureza e a valorização dos saberes culturais, é possível fortalecer a autonomia dos



camponeses em suas produções de comidas. Tal autonomia está na base da soberania alimentar, residindo no direito dos povos de definirem seus próprios modos de produção alimentar, garantindo ainda os meios para estas ações.

Com este artigo, busca-se aprofundar na relação entre a produção de comidas provenientes do campesinato realizadas de forma agroecológica, especialmente sob sua perspectiva política. Essa análise visa destacar como essa relação se articula com os conceitos de segurança e soberania alimentar, revelando-se fundamental para a promoção da autonomia e do bem-estar tanto das comunidades camponesas quanto da sociedade como um todo.

No que tange à metodologia, ressalta-se que o estudo faz parte de pesquisa de mestrado defendido em 2024, que se amparou em pesquisa qualitativa, realizando estudos bibliográficos, construindo conhecimento aprofundado sobre a temática e fundamentando a pesquisa. Além disso, foram realizados diversos trabalhos de campo em meio a acampamentos, assentamentos rurais de reforma agrária e comunidades camponesas, que se sucederam em diversos municípios do estado de Goiás, tornando possível imergir no contexto sociocultural do fenômeno.

Dessa forma, o artigo divide-se em dois tópicos. O primeiro foca na discussão sobre a importância da produção de comidas para os camponeses, que a realizam em suma maioria de maneira agroecológica. No segundo tópico, busca-se apresentar conceitualmente a agroecologia, salientando sua perspectiva política e social, que contribui para a segurança e soberania alimentar de toda a sociedade.

### **Campesinato e produção de comida agroecológica**

A produção de comida está profundamente ligada a dinâmicas produtivas, infraestrutura, localização geográfica e, sobretudo, ao acesso à terra e à água, elementos essenciais para a sobrevivência da sociedade. Além disso, a produção de comidas é vital para a existência do campesinato, assegurando os meios necessários para sua reprodução social, cultural e econômica. Produzir comida constitui a essência do campesinato, articulando trabalho, território e cultura, em contraposição à lógica imposta pelo agrohidronegócio nas últimas décadas.

Para o povo camponês, a produção de comidas é intrínseca ao seu modo de vida. O processo produtivo conecta-se à natureza de maneira sustentável, utilizando-a para sobrevivência e preservação, diferentemente das corporações capitalistas, que frequentemente a exploram de forma predatória.



Nesse contexto, a agroecologia apresenta-se como fundamental para a preservação dos conhecimentos tradicionais, culturais e culinários, promovendo uma alimentação saudável. Ela permite aos agricultores camponeses gerar renda por meio do trabalho, além de conceder-lhes autonomia para se reproduzirem social e economicamente, assegurando sua permanência nos territórios.

O modo de produção dos camponeses destaca-se por ser tradicional e sustentável, frequentemente fundamentado na agroecologia. Embora a prática envolva aspectos ecológicos, seu conceito abrange processos mais complexos, incluindo o resgate de saberes tradicionais, muitas vezes diluídos pela introdução do capital e das técnicas agrícolas. Guhur e Toná (2012, p. 64) enfatizam a importância das populações do campo nesse processo:

Evidentemente, não se trata de descartar a ciência e a tecnologia, mas da necessidade de um diálogo de saberes que reconheça nos povos do campo e da floresta sujeitos privilegiados da agroecologia, um diálogo não exclusivamente técnico, nem com finalidade econômica e ecológica apenas, mas também de ordem ética e cultural, e que se materialize, inclusive, em ações sociais coletivas. Esse diálogo traz profundas implicações. (Guhur; Toná, 2012, p. 64).

Como contraponto aos métodos devastadores do agrohidronegócio, surge o paradigma da agroecologia, que resgata conhecimentos tradicionais aliados a novos métodos. Esses processos buscam garantir a conservação dos recursos naturais, respeitando as dinâmicas da natureza. A agroecologia, portanto, apresenta-se como um objetivo a ser alcançado, contrapondo-se às práticas monocultoras de grandes empreendimentos agrícolas, que desrespeitam os princípios agroecológicos.

Sousa et al. (2022) destacam que o modelo hegemônico de produção no Brasil é o convencional, caracterizado por problemáticas sociais e ambientais significativas. Nesse contexto, tanto os grandes produtores (empresários rurais) quanto os pequenos agricultores, incluindo os camponeses, estão inseridos em um sistema que desequilibra os ecossistemas. Essa inserção é resultado das influências das narrativas promovidas pela Revolução Verde e das ações do Estado brasileiro. Segundo os autores: “É claro que o grande produtor é maior responsável por isso, por possuir extensas áreas de produção, mas os pequenos agricultores não estão excluídos dessa discussão. É preciso buscar novas formas de produzir alimentos.” (Sousa et al., 2022, p. 57)

Duval, Ferrante e Valencio (2008, p. 3) abordam em sua pesquisa a produção voltada para o autoconsumo em assentamentos rurais, destacando o uso de preceitos agroecológicos no



desenvolvimento dessas práticas. Os autores reforçam que: “A agricultura praticada em função do abastecimento alimentar é identificada em consideração a alguns princípios agroecológicos, de forma que podemos enquadrá-la, sob alguns aspectos, como uma agricultura sustentável.” Para esses pesquisadores, a produção de comidas voltada para o abastecimento próprio é um elemento quase inerente à vida no campo. Essas famílias, enraizadas na vivência rural, adquirem práticas e conhecimentos ao longo do tempo, transmitidos de forma ancestral e culturalmente perpetuados.

A produção de comidas voltada tanto para o autoconsumo quanto para a comercialização reflete a reprodução social e econômica dos camponeses, possibilitando o abastecimento nutricional de maneira abundante e diversa. Essa produção é menos dependente de insumos químicos, promovendo uma nutrição alimentar sustentável, pautada nos princípios agroecológicos.

A agroecologia oferece importantes benefícios no abastecimento alimentar do mercado local, permitindo atender diretamente à comunidade (Sousa et al., 2022). Nesse contexto, ela está intrinsecamente relacionada aos circuitos curtos de produção, pois reduz custos com transporte e favorece as comunidades locais e regionais. Nesse percurso, os autores enfatizam o papel essencial do conhecimento científico na agroecologia, destacando que sua implementação requer análise das características físicas e químicas do solo, além das especificidades locais e regionais de organização espacial.

[...] a sua utilização pressupõe atender a população local, e no máximo, regional, diminuindo a necessidade e o custo com grandes cadeias de transportes. Assim, tem-se a possibilidade de desenvolvimento da Agroecologia em todos os locais, de forma que não existe uma receita ou um rigor na sua utilização. A partir das características de qualquer lugar, é que a Agroecologia será implantada. Por isso a sua relação com o conhecimento científico. O conhecimento científico estuda o local em que a Agroecologia será implantada, para analisar as características físicas e químicas do solo, características locais e outras peculiaridades. Isso porque visa estar de acordo com os princípios da natureza e de acordo com os princípios ecológicos. Ela é um tipo de agricultura complexa. (Sousa et al 2022, p. 60).

A adoção de princípios agroecológicos pelos camponeses promove o aumento da capacidade produtiva, contribuindo para a recuperação de ambientes degradados e a melhoria territorial. Altieri (2012) corrobora essa perspectiva, argumentando que a agroecologia capacita os camponeses a produzir comidas essenciais para a sociedade, fortalecendo a segurança alimentar, mesmo em condições ambientais adversas:



A evidência é conclusiva: os novos métodos agroecológicos e tecnologias encabeçadas por agricultores, ONGs e algumas organizações locais ao redor do mundo já estão contribuindo o suficiente para a segurança alimentar a nível local, regional e nacional. Em muitos países, diferentes métodos agroecológicos e participativos mostram resultados muito positivos, inclusive em condições ambientais adversas. Entre estes potenciais encontram-se: aumentar as colheitas de cereal de 50 a 200 por cento, incrementar a estabilidade da produção através da diversificação, melhorar as dietas e as rendas, contribuir à segurança alimentar nacional (e inclusive exportar) e conservar a base dos recursos naturais e a agrobiodiversidade. (Altieri, 2012, p. 28).

Com as mudanças nos meios de produção ao longo do tempo, incluindo a introdução da produção em larga escala e o uso de tecnologias controladas por grandes corporações capitalistas, o modelo alimentar atual tornou-se insustentável. Este modelo é caracterizado pela dependência de alimentos que demandam elevada energia para produção, causam impactos ambientais significativos e requerem grandes extensões de terra, exacerbando desafios relacionados à produção e ao abastecimento de alimentos (Martinelli; Cavalli, 2019, p. 4252). Nesse sentido, torna-se essencial priorizar comidas agroecológicas, alinhadas ao desenvolvimento sustentável, como uma alternativa economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente responsável.

Os camponeses, frequentemente pressionados a se integrar na lógica capitalista, alguns acabam por especializar suas produções em monocultivos ou arrendar terras. Portanto, é crucial dar visibilidade às formas de produção diversificadas características dos camponeses, evitando que sua existência dependa exclusivamente da lógica mercadológica das *commodities*.

### **Agroecologia: para além da técnica**

Reduzir a agroecologia a uma prática de agricultura ecológica, sustentável e saudável é uma abordagem simplista. Caporal e Costabeber (2002, p. 01) alertam que confundir agroecologia com um modelo de agricultura, produto ecológico, tecnologia agrícola ou política pública pode distorcer seus significados mais amplos e transformadores: “[...] atribui à Agroecologia definições que são imprecisas e incorretas sob o ponto de vista conceitual e estratégico, mascarando a sua real potencialidade de apoiar processos de desenvolvimento rural.” Segundo os autores, a agroecologia integra princípios oriundos de diversos campos científicos, abrangendo aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais, ecológicos e éticos.



Mais do que um estilo agrícola, a agroecologia constitui um modelo de transição entre o sistema convencional moderno e a agricultura sustentável:

Partindo desta compreensão, repetimos que a Agroecologia não pode ser confundida com um estilo de agricultura. Também não pode ser confundida simplesmente com um conjunto de práticas agrícolas ambientalmente amigáveis. Ainda que ofereça princípios para estabelecimento de estilos de agricultura de base ecológica, não se pode confundir Agroecologia com as várias denominações estabelecidas para identificar algumas correntes da agricultura “ecológica”. Portanto, não se pode confundir Agroecologia com “agricultura sem veneno” ou “agricultura orgânica”, por exemplo, até porque estas nem sempre tratam de enfrentar-se aos problemas presentes em todas as dimensões da sustentabilidade. (Caporal; Costabeber, 2002, p. 04)

A agroecologia é concebida principalmente como um enfoque político, contrapondo-se ao modelo hegemônico do capital, representado pelo agronegócio. Guhur e Silva (2021) destacam que a agroecologia incorpora conhecimentos tradicionais, ao mesmo tempo que integra técnicas recentes, instrumentos e maquinários que facilitam o manejo ecológico e aumentam a produção. Esse modelo busca transcender as tecnologias impostas pela Revolução Verde, embora não constitua, por si só, uma proposta política ou societária. A agroecologia é um convite à construção de alternativas que superem o paradigma da produção capitalista, pautadas pela ação política coletiva:

A amplitude das reflexões, lutas e práticas da agroecologia faz com que muitas vezes, inclusive, ela seja confundida com uma proposta política e societária em si mesma, o que ela de fato não é. Trata-se de debater e construir, em aliança com os trabalhadores urbanos, em escala nacional e global, um projeto de luta e superação do atual modo de produção capitalista. [...] Nessa perspectiva, a agroecologia orienta a objetivação de agroecossistemas produtivos de alimentos saudáveis, potencializadores da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural; que tem como base a práxis camponesa, dos povos originários e tradicionais (trabalho produtivo, processo de trabalho, tecnologia; e simultânea e dialeticamente, ideação e reflexão, saberes, conhecimentos, concepção de mundo/cosmovisões, teoria, valores, estética...), reconectando saberes tradicionais e conhecimentos científicos. (Guhur; Silva, 2021, p. 70)

A prática da agroecologia pelo campesinato é um símbolo de (Re)Existência, promovendo a recuperação e o fortalecimento de saberes tradicionais, garantindo soberania alimentar mesmo diante de conflitos e resistências das corporações capitalistas. O conceito de (Re)Existência, segundo Mendonça e Pelá (2011, p. 5), abrange processos e ações da classe trabalhadora, em sua diversidade, para a continuidade de suas culturas e de sua própria



existência.

Mendonça (2015) aponta que a agroecologia, mesmo incorporando práticas tradicionais resgatadas e transformadas para atender às novas demandas, representa a (Re)Existência dos camponeses. Este modelo possibilita a produção de comidas saudáveis alinhadas às necessidades dos consumidores, configurando novas relações entre camponeses e consumidores no contexto em que estão inseridos:

Essas ações buscam uma alimentação saudável e propicia a união de esforços na defesa da reforma agrária, no apoio aos homens e mulheres que lavram a terra e contra as agressões ao meio ambiente. Essas ações podem apontar a unificação orgânica do trabalho, em que os trabalhadores (no campo e na cidade) se juntam para reivindicar novas formas de produção e novas relações de trabalho, valorizando as ações rumo à soberania alimentar. É necessário assegurar formas de manejar os recursos naturais que permitem a reprodução do homem e da natureza (que são um todo) conservando a sociobiodiversidade ecológica e sociocultural. (Mendonça, 2015, p. 5)

Guhur e Silva (2021) ressaltam que a agroecologia emergiu das práticas de povos camponeses e originários ao longo de 12 mil anos de construção da agricultura. Ela surge como resultado das contradições do capitalismo, bem como das lutas e (Re)Existências desses povos diante do avanço do capital no campo. Durante o século XX, a agroecologia passou por um processo de sistematização e organização científica. No entanto, é fundamental reconhecer os verdadeiros fundadores e protagonistas dessa prática: os camponeses, povos originários e tradicionais:

Os povos originários e camponeses foram os primeiros agricultores, criadores e pesquisadores que, ao longo de gerações, identificaram, domesticaram, selecionaram e conservaram as espécies úteis aos seres humanos; que desenvolveram ferramentas, formas de trabalho e técnicas de produção adaptadas às mais diferentes situações; que configuraram agroecossistemas e sistemas de produção, em um processo de coevolução com as condições naturais locais e, a partir de sua imbricação e cotidianidade com a natureza, constituíram as mais antigas Cosmovisões. (Guhur; Silva, 2021, p. 60)

A relação entre a agroecologia e os povos tradicionais é intrínseca. Santos (2023), quilombola conhecido como Nego Bispo, argumenta que os saberes rotulados pela ciência como "agroecologia" correspondem, na verdade, a práticas tradicionais já presentes nos povos quilombolas, indígenas, ribeirinhos, entre outros. Muitas vezes, esses saberes são renomeados pela ciência e reintroduzidos como novas descobertas ou tecnologias, desconsiderando suas origens:



Nós inventamos a roça de quilombo, mas mudaram o nome e agora querem nos vender nossos saberes, nos oferecendo cursos de agroecologia e cursos de casa de taipa. Comemos raízes de macambira e raízes de umbu, entre muitas outras, e diziam que éramos selvagens porque comíamos raízes. Hoje, mudaram o nome das nossas raízes: chamam de “plantas alimentícias não convencionais”. O que chamam de tomate cereja, era um tomatinho azedinho muito gostoso que nascia em qualquer lugar por onde caminhávamos. Fazíamos arroz com vinagreira cuxá, que hoje chamam de hibisco. Inventaram o “alimento orgânico”. Ora, isso que se compra no supermercado com o selo de “orgânico” é um produto, às vezes sem veneno, mas não é algo orgânico. Não é produzido pelo saber orgânico, não é voltado para a vida. (Santos, 2023, p. 65)

A produção agroecológica amplia a diversidade de produtos comercializáveis, proporcionando maior estabilidade aos camponeses, que ficam menos expostos às oscilações do mercado. Além disso, promove a sustentabilidade, assegura a soberania alimentar dos agricultores e oferece comidas saudáveis, capazes de atender às demandas nutricionais da sociedade por meio da diversificação dos hábitos alimentares.

Ao mesmo tempo, a agroecologia articula-se com princípios de justiça social, ecologia e sustentabilidade. Mendonça (2015) ressalta que as práticas agroecológicas constituem os pilares científicos e tecnológicos de uma agricultura sustentável, que abandona o modelo hegemônico atual, caracterizado por exclusão e destruição. Essa abordagem transfere o protagonismo da produção agrícola do agrohidronegócio para o campesinato, que desenvolve suas práticas a partir de saberes e fazeres fundamentados na sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural:

O conceito de agroecologia quer sistematizar todos os esforços em produzir um modelo tecnológico abrangente, que seja socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente sustentável; um modelo que seja o embrião de um novo jeito de relacionamento com a natureza, em que a vida toda e toda a vida, seja protegida, estabelecendo uma ética ecológica que implica no abandono de uma moral utilitarista e individualista e que postula a aceitação do princípio do destino universal dos bens da criação e a promoção da justiça e da solidariedade como valores indispensáveis. A rigor, pode-se dizer que agroecologia é a base científico-tecnológica para uma agricultura sustentável. Por conseguinte, o campesinato permite apreender as relações com a terra, a água, as plantas e as sementes, permeadas por práticas de sustentabilidade socioambiental. (Mendonça, 2015, p. 5-6)

A diversidade na produção agroecológica não apenas contribui para o consumo interno dos camponeses, mas também apresenta vantagens ambientais. A rotatividade de culturas reduz o impacto ambiental, fortalece a biodiversidade e conserva os recursos hídricos ao eliminar o



uso de insumos químicos. Assim, a agroecologia configura-se como uma alternativa ao modelo hegemônico capitalista, promovendo a soberania e segurança alimentar essencial para camponeses e para a comunidade em geral.

A soberania alimentar é um princípio fundamental para assegurar a autonomia na produção e, conseqüentemente, a segurança alimentar e nutricional. Esse conceito foi introduzido durante o Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar (FMSA), realizado em 2001 em Havana, Cuba. Seu preceito básico é o “direito de os povos produzirem, alimentar-se e exercer sua soberania alimentar” (FMSA, 2001, p. 1, tradução própria).

Diante da percepção de que direitos básicos, como o acesso à alimentação e ao bem-estar nutricional, previstos na Declaração Universal de Direitos Humanos, não eram garantidos para grande parte da população, o Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar reuniu diversos povos tradicionais para analisar o crescimento da fome e da desnutrição global. Nesse encontro, foram elaborados projetos viáveis e sustentáveis em níveis locais, nacionais e globais (FMSA, 2001, p. 1). Além disso, compreendeu-se que a fome e a desnutrição não são decorrentes de fatores naturais, mas sim de políticas econômicas, agrícolas e comerciais alinhadas ao neoliberalismo:

A fome, a subnutrição e a exclusão de milhões de pessoas do acesso a bens e recursos produtivos como terra, floresta, mar, água, sementes, a tecnologia e o conhecimento não são o efeito do destino, de um acidente, de um problema de geografia ou fenômenos climatológicos. Acima de tudo, são uma consequência de certas políticas econômicas, agrícolas e comerciais à escala mundial, nacional e regional que foram impostas pelas potências dos países desenvolvidos e suas empresas no seu desejo de manter e aumentar a sua hegemonia política, econômica, cultural e militar no atual processo de reestruturação econômica global. (FMSA, 2001, p. 2-3)

Nesse cenário, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) apresentou a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Essa lei representou um avanço na consolidação da soberania e da segurança alimentar como direitos fundamentais, além de facilitar a formulação de políticas públicas específicas.

De acordo com o CONSEA (2006), a segurança alimentar e nutricional é definida como o acesso regular e permanente de todos a comidas de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais. Essa definição é reafirmada no artigo 3º da Lei nº 11.346/2006:



A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (CONSEA, 2006, p. 4)

A soberania alimentar, por sua vez, estabelece o direito de cada país de definir suas próprias estratégias sustentáveis para produção, distribuição e consumo de comidas, garantindo a alimentação de toda a população, respeitando sua diversidade cultural. Esse princípio é reforçado no artigo 5º da Lei nº 11.346/2006: “A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional requer o respeito à soberania, que confere aos países a primazia de suas decisões sobre a produção e o consumo de alimentos.” (CONSEA, 2006, p. 6)

Embora segurança alimentar e soberania alimentar estejam interligadas em seus propósitos de promover uma alimentação saudável, elas possuem diferenças fundamentais. A segurança alimentar tem como objetivo garantir o acesso de toda a população a uma alimentação adequada e de qualidade. Já a soberania alimentar refere-se à autonomia dos povos para produzirem suas comidas, considerando suas particularidades históricas, geográficas e culturais.

Para que a soberania alimentar seja plenamente exercida, é necessário criar condições adequadas para a produção de comidas, o que envolve políticas públicas específicas, reforma agrária, acesso a crédito, inclusão produtiva e ações efetivas do Estado.

Hoyos e D’Agostini (2017) apontam que o conceito de segurança alimentar emerge a partir da Declaração Universal Sobre a Erradicação da Fome e Desnutrição (DUEFD), apresentada na Conferência Mundial da Alimentação (CMA) de 1974. Sob o discurso de aumento da produtividade, essa iniciativa se consolidou como ferramenta de consagração da Revolução Verde, promovendo o monopólio internacional na produção de comidas: “Desde a DUEFD, a Segurança Alimentar já aparece como uma estratégia de índole internacional que enlaça as economias locais e centra-se em relações de compra e venda dos alimentos e que, ademais, é independente da soberania dos Estados.” (Hoyos; D’Agostini, 2017, p. 178)

Nesse sentido, Stédile (2008) conceitua segurança alimentar como o conjunto de políticas governamentais voltadas a garantir o acesso à alimentação, muitas vezes por meio de importações e transferência de recursos. Um exemplo disso é o programa Bolsa Família, que Stédile considera uma política de segurança alimentar e nutricional que assegura o acesso



imediatamente a comidas, mas não cria condições para que as famílias superem a vulnerabilidade: “O Bolsa-Família é a típica política de segurança alimentar, em que as famílias são assistidas pelo Estado para não passarem fome. Mas ficarão sempre dependentes e, portanto, não se libertarão das causas da fome.” (Stedile, 2008, p. 32)

Stédile e Carvalho (2012, p. 722) criticam o conceito de segurança alimentar por organizações camponesas, argumentando que a comida não deve ser tratada como mercadoria, mas como direito humano fundamental, diretamente relacionado à soberania popular e nacional: “[...] a produção e distribuição dos alimentos é uma questão de sobrevivência dos seres humanos, sendo, portanto, uma questão de soberania popular e nacional.”

No que tange à soberania alimentar, Hoyos e D’Agostini (2017) destacam que ela surge como resposta ao modelo capitalista e aos seus impactos sociais, como a pobreza, a fome e o apagamento do campesinato. A soberania alimentar preza pela autonomia na produção de comidas, considerando os aspectos culturais e os modos de produção locais:

[...] a Soberania Alimentar, entendida como a autonomia de cada nação na produção de todos os alimentos básicos consumidos no interior de suas fronteiras, o que implica a liberdade para produzir e para o desenvolvimento de suas próprias capacidades de produção de alimentos e conservação das já existentes, garantindo, por sua vez, a diversidade cultural dos hábitos alimentares e dos modos de produção agrícola. (Hoyos; D’Agostini, 2017, p. 182).

A soberania alimentar defende que as comidas devem ser produzidas localmente, priorizando as necessidades regionais. Stédile e Carvalho (2012) reforçam a importância da intervenção estatal no fornecimento de recursos e condições técnicas aos camponeses:

Acredita-se que, em todas as regiões do planeta, por mais diferentes e inóspitas que sejam, há condições de produzir os alimentos adequados para a população local. Portanto, as políticas públicas dos governos, Estados e instituições, e as políticas dos movimentos de agricultores e da população em geral devem ser direcionadas para garantir os recursos e as condições técnicas necessárias para alcançar a condição de produzir todos os alimentos básicos que um povo necessite em seu próprio território. (Stedile; Carvalho, 2012, p. 717).

Furtado (2022) aponta que a segurança alimentar e nutricional permite avaliar o cumprimento dos direitos humanos relacionados à alimentação, evidenciando sua interseção com a soberania alimentar e a agroecologia. Essa integração é essencial para o desenvolvimento de sistemas alimentares mais sustentáveis, capazes de promover uma comercialização justa e uma alimentação saudável, vinculada à agricultura camponesa.

Assim, a soberania e a segurança alimentar e nutricional representam a busca por



relações sociais mais justas, rompendo com o padrão alimentar imposto pelos interesses capitalistas. O acesso a comidas saudáveis e de qualidade só é viável quando os sujeitos possuem renda para adquiri-los.

### **Considerações Finais**

A produção de comidas transcende os benefícios diretos ao campesinato, abrangendo toda a sociedade. Ela garante o autossustento e a alimentação das famílias camponesas e da sociedade em geral, contribuindo para a erradicação da fome. Ressalta-se a importância da agricultura camponesa, que integra preceitos políticos voltados à sustentabilidade, alimentação saudável, preservação dos recursos territoriais e justiça social. A produção de comidas configura-se como uma das condições fundamentais para a reprodução social, cultural, política e econômica do campesinato, promovendo dignidade e renda.

A produção agroecológica envolve saberes culturais que fazem parte das identidades dos povos tradicionais, sendo uma prática realizada pelas comunidades há séculos, mesmo que sob outras denominações. A verdadeira riqueza da agroecologia não reside nas prateleiras dos mercados, mas nos conhecimentos ancestrais detidos pelos povos e comunidades tradicionais. Assim, é fundamental entender que a agroecologia é, antes de tudo, uma alternativa política, e não deve ser reduzida a um conjunto de técnicas ecológicas. A agroecologia representa uma forma de resistência ao modelo dominante, que sustenta práticas destrutivas, oferecendo uma alternativa justa e viável.

Para a efetiva aplicabilidade da agroecologia, é imprescindível a formulação de políticas públicas que considerem os camponeses e seus modos tradicionais de produção. Assim como se faz estritamente necessário o acesso a terras, a efetivação da Reforma Agrária, para que tenham territórios onde possam produzir. De mesmo modo, Políticas de Estado de fomento à transição agroecológica são imprescindíveis para incentivar a produção com base na agroecologia, oferecendo incentivos financeiros e assistência técnica, visando reduzir as destruições causadas pelo agrohidronegócio.

A luta pelo Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA) é constante para sua implementação. Além disso, há a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), que se constroi a partir de ações e medidas previstas no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), que necessitam de maior abrangência e investimentos para promover a conservação da sociobiodiversidade.

Conforme auxilia na promoção da diversidade produtiva e redução dos danos à natureza,



a agroecologia empodera as comunidades e povos tradicionais, em específico os camponeses, garantindo o acesso a comidas saudáveis, com base cultural. Além disso, a agroecologia relaciona-se com a soberania e segurança alimentar, que criam o espaço político e social necessário para a valorização da produção de comidas camponesas. Portanto, essa associação é capaz de assegurar dignidade aos camponeses, comidas saudáveis para toda a comunidade e preservação dos recursos naturais.

## Referências

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, n. 16, p. 22-32, 2012.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n. 2, p. 13-16, 2002.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Lei de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, 2006.

DUVAL, Henrique Carmona; FERRANTE, Vera Botta; VALENCIO, Norma Felicidade Lopes Da Silva. **Produção de autoconsumo em assentamentos rurais: princípios da agricultura sustentável e desenvolvimento**. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008, Rio Branco - Acre. Anais do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008.

FORO MUNDIAL POR LA SOBERANÍA ALIMENTARIA. **Declaración Final del Foro Mundial por la Soberanía Alimentaria**. FMSA, La Habana, 2001.

FURTADO, Ariandeny Silva de Souza. **O Potencial da Feira Interinstitucional Agroecológica na Promoção da Alimentação Saudável: saberes-fazer em diálogo com as (os) agricultoras (es) familiares no estado de Goiás**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, Recife, 2022.

GUHUR, Dominique Michèle Perioto; SILVA, Nívia Regina. **Agroecologia**. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al (Org.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

GUHUR, Dominique Michèle Perioto; TONÁ, Nilciney. **Agroecologia**. In: CALDART, Roseli Salete et al (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

HOYOS, Claudia Janet Cataño; D'AGOSTINI, Adriana. Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências/Food Security and Food Sovereignty: convergences and divergences. **Revista Nera**, n. 35, p. 174-198, 2017.

MARTINELLI, Suellen Secchi; CAVALLI, Suzi Barletto. Alimentação saudável e



sustentável: uma revisão narrativa sobre desafios e perspectivas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 4251-4262, 2019.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **Práticas Agroecológicas em Comunidades Camponesas e Quilombolas: sementes crioulas, culturas e ambientes numa encruzilhada de tempos e espaços no Nordeste de Goiás/Brasil**. Anais do XV Encuentro de Geógrafos de América Latina: por una América Latina unida y sustentable. Habana, Cuba, 2015.

\_\_\_\_\_; MESQUITA, Helena Angélica de. O agrohídronegócio no cerrado goiano: a construção das (re) existências. **Encuentro Latinoamericano Ciencias Sociales y Represas**, v. 1, 2007.

\_\_\_\_\_; PELÁ, Márcia. O Cerrado goiano numa encruzilhada de tempos: os territórios em disputa e as novas territorialidades do conflito. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2011.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A Terra dá, a Terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SOUSA, Gabriel L.; CARNEIRO, Janaine D. P. L.; NASCIMENTO, Aline C.; Mendonça, Marcelo R. AGROECOLOGIA: uma alternativa possível para o campo brasileiro: AGROECOLOGY: a possible alternative for the Brazilian countryside. **Espaço em Revista**, v. 24, n. 2, p. 53-76, 2022.

STÉDILE, João Pedro; CARVALHO, Horacio Martins de. **Reforma Agrária**. In: CALDART, Roseli Salete et al (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

STEDILE, João Pedro. Soberania alimentar, o que é isso. Miyashiro, Rosana (org.). **Gastronomia e identidade cultural-coletânea de textos para educandos**. Florianópolis: Central Única dos Trabalhadores (CUT), 2008.

